

Estratégias de integração regional e de desenvolvimento de uma Região: Contribuições de uma Universidade Comunitária

*Adilene Alvares Mattia*¹

(Universidade de Caxias do Sul – RS – Brasil)

*Marcos Artêmio Fischborn Ferreira*²

(Universidade Estadual de Campinas – SP – Brasil)

Resumo

Esta pesquisa objetivou analisar o processo de expansão territorial da Universidade de Caxias do Sul (UCS) através de suas estratégias de integração regional e do envolvimento com práticas voltadas para o desenvolvimento da Região Nordeste do Rio Grande do Sul (RGS), Brasil. Foram analisadas as estratégias de integração regional em sua expansão territorial nessa região e avaliados os significados atribuídos pelas comunidades acadêmica e externa ao seu processo de regionalização, em sua expansão territorial. A leitura dos textos documentais, combinada com os depoimentos de agentes envolvidos na sua elaboração, contextualiza esta produção. Para isso buscou-se, na Teoria das Representações Sociais, fundamentos para compreender e explicitar os significados produzidos. Neste sentido, a partir do projeto de regionalização, o território usado envolvendo todos os atores, foi um espaço socialmente partilhado no que se refere a sua apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico).

Palavras-chave: Universidade Comunitária, Representação Social, Expansão Territorial, Regionalização.

Abstract

The aim of this research was to analyze the process of territorial expansion of the University of Caxias do Sul (UCS) through its strategies of regional integration and its involvement with practices oriented to the development of the Northeast region of Rio Grande do Sul, Brazil. The regional integration strategies were analyzed in the university's territorial expansion in this region, and the significances attributed by the academic and external communities to its regionalization process. The reading of documental texts, combined with the testimonials of agents involved in their elaboration, contextualizes this production. Fundament was looked for in the Theory of Social Representations, in order to understand and explicit the produced significances. In that sense, the regionalization project, the territory used involving all actors, was a socially shared space regarding its appropriation (in a symbolic sense) and dominance (in a concrete, political-economical sense).

Keywords: Community University, Social Representation, Territorial Expansion, Regionalization.

Recibido: 22/7/2014

Aprobado: 21/9/2014

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional- UNISC. Professora do Centro de Ciências Sociais e Educação e do PPG Biotecnologia e Gestão Vitivinícola- UCS. Endereço: Dr Casagrande 292, apto 702 Centro. Bento Gonçalves, RS 95700-000. E-mail: aamattia@gmail.com

² Doutor em Saúde Coletiva Universidade Estadual de Campinas. Professor do PPGDR Desenvolvimento Regional- UNISC. Endereço: Av. Independência, 2293 Campus da UNISC 96815-900 Santa Cruz do Sul/RS. E-mail: macospoa@uol.com.br

1. Introdução

As universidades comunitárias surgem a partir da década de 50, fruto da mobilização das comunidades regionais, decididas a suprirem a carência de educação em nível superior, em face da incapacidade do Estado em prover tal serviço, assumindo a construção de uma universidade capaz de interagir, visando ao desenvolvimento local e regional, e tendo também a intenção de avançar, contribuindo para melhorar a qualidade de vida, de educação e abrir espaço para um modelo mais amplo e democrático.

O modelo comunitário de Instituição de Ensino Superior, na forma de sua constituição, tem sua origem e história no Estado do Rio Grande do Sul, a partir da metade do século XX. Essa história tem revelado a importância da instituição no estado, na medida em que passou a cumprir um papel em substituição ao Estado, na expansão do Ensino Superior no interior. Surgidas na chamada crise de identidade da universidade brasileira, as instituições comunitárias procuraram unir-se com o objetivo de construir de sua própria identidade.

A justificativa de um estudo sobre o ensino universitário tem o objetivo de abordar os termos que revestem sua expressão social e os impactos que promove na coletividade.

O tema do estudo diz respeito ao movimento de expansão territorial de uma Universidade regional e comunitária, sendo seu objeto de análise, o conjunto de representações e seus significados no seu processo de regionalização.

A Universidade e seus movimentos que a originaram mostram-se como objeto de representação pela sua importância e possibilidade de que o saber produzido sobre o assunto seja foco de uma construção social e produza consequências no meio.

O estudo desenvolvido atravessa campos disciplinares e se orienta na busca de significados. O esforço analítico é orientado para o recorte e leitura do material empírico, a partir da compreensão sobre a necessidade de articular níveis qualitativamente distintos, mas complementares, de apreensão da realidade em estudo, ou seja: *fala e lugar* se conectam e apresentam ao pesquisador partes relevantes do real a ser apreendido.

A articulação de conceitos tenta dar conta do processo interpretativo, de uma trajetória institucional singular com relação ao tempo, espaço de atuação, aos objetivos, às marcas institucionais e aos propósitos estratégicos.

Em 1992 a Universidade de Caxias do Sul (UCS) tornou pública a intenção de descentralizar uma região que aglutinava, 56 municípios, com os quais historicamente vinha estabelecendo uma rede de relações operativas e que, com a regionalização, viria a ser reforçada. Com o decorrer do tempo essa área de abrangência ampliou-se para 69 municípios

atendidos por três *Campi* (Campus de Caxias do Sul - sede em Caxias do Sul; Campus da Região dos Vinhedos - sediado em Bento Gonçalves; Campus de Vacaria - sediado em Vacaria) e seis Núcleos Universitários, sediados em Farroupilha, Nova Prata, Guaporé, Veranópolis, Canela e São Sebastião do Caí. Mais tarde, em 2004 e 2005, a UCS ampliou sua atuação implantando polos de educação à distância em Antônio Prado, Montenegro, São Marcos e Terra de Areia.

Neste sentido, a proposta de analisar os movimentos de expansão territorial em 1993, quando se efetivou a regionalização, justificou-se segundo alguns pontos considerados centrais: pela história da UCS, pela característica da região, pelo apoio dos municípios, pela integração e pelo reconhecimento dos cursos de duas Instituições de Ensino Superior (IES), pela criação dos núcleos e como agente de desenvolvimento regional. O processo de regionalização previu o desenvolvimento de duas estratégias: integração à Universidade das IES existentes na região, transformando-as em campi universitários, e a criação de uma nova rede de Núcleos Universitários e Cidades-Polo de várias microrregiões que integram a região da UCS.

Para tanto, buscou-se, na perspectiva moscoviana (1978), da Teoria das Representações Sociais (TRS), fundamentos para compreender e explicitar tal influência, cujos conceitos e modalidades de apreensão do real estão sedimentados e se desenvolveram nas últimas décadas, numa disciplina que se coloca como campo-limítrofe entre a Psicologia e a Sociologia.

Este estudo se caracteriza por natureza qualitativa e estratégia analítica interpretativa das representações dos diversos atores selecionados, de documentos e materiais jornalísticos sobre o tema.

Neste sentido, a relevância desta pesquisa reside na carência de estudos com foco no papel que as IES exercem nos territórios que ocupam para além da sua atividade central – a oferta de educação superior. Este artigo está organizado de maneira que inicia com uma noção sobre o território e territorialidades. Logo após, apresenta-se o campo teórico metodológico da pesquisa- as Representações Sociais, bem como, o método da pesquisa os achados sobre o movimento de expansão territorial da Universidade de Caxias do Sul e por fim as considerações finais.

2. Uma Noção Necessária: Território e Territorialização. A articulação entre o Lugar, seus agentes e seus Processos

O presente capítulo visa a recuperar um grupo de conceitos da ciência geográfica ancorando-os aos propósitos analíticos deste artigo, ou seja, interpretar o significado das

representações sociais sobre o processo de expansão da UCS em cenário complexo de relações institucionais, relativo a um espaço e período delimitados revestido, portanto, de características particulares. Trata-se de um esforço de compreensão que atravessa campos disciplinares. Ao serem articulados, o objetivo é tecer o processo interpretativo em busca de uma trajetória institucional muito identificada com aspectos que a tornam singular com relação ao tempo, espaço de atuação, aos objetivos, às marcas institucionais e aos propósitos estratégicos.

Ainda assim, cabe lembrar aqui que tal singularidade a ser desvendada, não retira do processo estudado algumas marcas que definem um grupo de onde se situam instituições semelhantes em vários sentidos, que se autodenominam de universidades comunitárias.

A UCS se apresenta, nos documentos institucionais e nos depoimentos colhidos, como uma obra “da laboriosa colônia italiana de Caxias do Sul”. Nesse sentido, o primado do lugar que identifica a origem do processo em estudo traz marcas territoriais muito claras, que são enfaticamente repetidas em vários trechos de textos e vozes.

O cenário apresentado na pesquisa ganha sentido através das marcas territoriais que fundaram e desenvolveram a universidade em sua trajetória. Lembrando Lencioni (1999, p. 155), o objeto de estudo aqui instituído revela, no âmbito da análise, a dimensão espacial que possibilita tal identificação: o conceito de lugar. Lugar representa os espaços sociais cotidianos, os lugares pontuais, segundo Lencioni (p. 155). Ratifica a designação do termo/conceito afirmando que o lugar,

“[...] na geografia contemporânea, a categoria espaço, em razão de sua dimensão abstrata, deixou de ser a referência central. Esta passou a ser o espaço vivido, aquele que é construído socialmente a partir da percepção das pessoas. Espaço vivido e, mais do que isso, interpretado pelos indivíduos. Igualmente, espaço vivido como revelador das práticas sociais. Essa preocupação com o espaço vivido colocou no centro da análise o lugar. Isso porque é o lugar, mais que o espaço, que se relaciona à existência real e à experiência vivida. O lugar, porém, é visto pela Geografia sob influência da fenomenologia não como um lugar em si, um lugar objetivo, mas como algo que transcende sua materialidade, por ser repleto de significados. Por isso é que o lugar, concreto, único e que tem uma paisagem, não apenas natural, mas essencialmente cultural, torna-se o centro e o objetivo do conhecimento geográfico (LENCIONI, 1999, p. 153-154)”.

As reflexões que ampliaram o escopo da compreensão da geografia conforme Haesbaert (2010, p. 3), se referem a um conjunto de questões que situam os objetos de análise sob foco que define padrões envolvendo relações em e entre territórios, como, por exemplo, centro/periferia, moderno/cosmopolita, tradicional/ provinciano, global/local. Assim, estendendo-se e se articulando com disciplinas como a Sociologia, a Economia, a Ciência Política, entre outras, o autor refere que, em estudos regionais, por exemplo, “são muitas as

relações possíveis de serem trabalhadas dentro do que comumente denominamos de questão ou abordagem regional”.

No caso específico de estudos regionais, o autor considera que, ao se pensar em região, é necessário operar analiticamente em relação a processos e, em constante rearticulação. Sobretudo, pensar em região é pensar

“nos processos de regionalização seja focalizando-os como simples procedimento metodológico [...], seja a partir de dinâmicas espaço – temporais efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais – ou fundadas numa “regionalidade” vista para além de mera propriedade teórica de definição do regional [...], a regionalização deve estar sempre articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem [...] o espaço sempre visto em seu sentido relacional, totalmente impregnado nas dinâmicas de produção de sociedade (HAESBAERT, 2010, p. 6)”.

Além disso, o autor destaca que, para se fazer uma análise regional, deve-se levar em conta o campo da produção material como também o das representações e dos símbolos, ideais, na perspectiva da dimensão da funcionalidade (político – econômica, explicada sobre a base material – natural) e na perspectiva da dimensão do vivido (simbólico – cultural; subjetivo), ou seja:

“Tanto a coesão ou lógica funcional quanto a coesão simbólica, em suas múltiplas formas de construção e desarticulação – onde, é claro, dependendo do contexto uma delas pode acabar se impondo sobre – e refazendo – a outra (HAESBAERT, 2010, p. 17)”.

A ação social³ e o campo de relações humanas produz o território, seja uma região, seja qualquer outra delimitação que arbitre. Em direção complementar, Ribeiro (2003, p. 3) chama a atenção para a revisão do conceito de região e da releitura do espaço urbano, baseada na obra de Levi Léfèbvre, no sentido de valorização na análise do espaço,⁴ considerando que “em ambos os processos, acontece à incorporação, no trabalho teórico, de sentidos das práticas e da orientação simbólica da ação social”.

Santos (2002) elabora uma argumentação de caráter eminentemente epistemológica, pautada em processos sociais e reconhecendo a natureza como um elemento do território. O pressuposto teórico-metodológico central é a categoria do espaço geográfico considerado sinônimo de território usado e espaço banal, também podendo ser considerado como a junção de materialidade e vida social. O território usado é a síntese fundante da nova abordagem

³ Entendido aqui como conceito central da Sociologia, em suas variantes, que a fundamentam desde os textos clássicos.

⁴ O espaço é o locus da reprodução das relações sociais de produção; conforme Léfèbvre (1976, p. 34), “do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas [...] que seja simplesmente um instrumento [...] o pressuposto de toda a produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção”.

epistemológica atribuída à Geografia por Santos, ou seja, ao contrário, como totalidade, o espaço geográfico abrange todas as dimensões e escalas.

Há, porém, que se fazer justiça à originalidade da obra de Santos, cujas questões centrais das suas reflexões dizem respeito à elaboração da categoria de formação socioespacial (incorporando a noção de espaço geográfico ao conceito marxiano de formação econômica e social) e à discussão da ideia de meio técnico-científico-informacional (processo contemporâneo da globalização) ambos os construtos analíticos enriquecedores da análise geográfica (SANTOS, 2002).

Estas reflexões contêm os problemas fundadores de um novo olhar da Geografia e sua proposta analítica. Como problema epistemológico, é tomado como recorte espacial de reprodução da totalidade (o econômico, o social e o espacial são presença de uma mesma realidade; essa proximidade se interpenetra, ou seja, não se entende uma com a exclusão das outras); como problema empírico ela é vista como expressão das diferenças entre os lugares, diferenças estas provocadas pelos eventos, como os dados pela globalização, e constitui um recorte espacial funcional às formas de produção. Afetada pela aceleração dos tempos atuais, as formas e os conteúdos das regiões mudam repetidamente, sendo possível encurtar a sua vida.

O território tornou-se um conceito empregado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço. Conforme Santos (2002, p. 9), “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem se realiza a partir de manifestações de sua existência”. As relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que se reproduzem em constantes conflitos.

As disputas territoriais não se limitam ao espaço econômico. Como o território, é uma totalidade multidimensional, isto é, as dimensões que a compõem, as disputas territoriais, ocorrem também na dimensão política, teórica e ideológica, o que nos possibilita entender os territórios materiais e imateriais. Além disso, a totalidade é um paradigma que pauta sua interpretação de funcionamento do mundo; é elemento essencial para conhecimento e análise da realidade.

O território é sempre e concomitantemente apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado e não simplesmente construído (SOUZA, 2006).

Num primeiro momento, pode-se inferir que o sentido simbólico de território advém da identidade cultural e pode ser influenciado por ela, que faz dele um referencial considerável para a coesão dos grupos sociais. A dimensão simbólica atribuída ao território manifesta as

identidades territoriais e a identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus espaços vividos.

O território é uma “construção” humana a partir de um espaço que se constitui na “fonte” de constituição do território, daí porque, muitas vezes, encontramos a expressão *espaço-territorial*. Portanto, o indivíduo tem um papel formador, como ator dessa construção, desenvolvendo, através de intencionalidades e comportamentos, uma apropriação social do espaço, isto é, o território. Assim, forma-se um construto não palpável, coordenador da formação do espaço. Um território se dá a partir de aspectos de formação social, como os aspectos socioeconômicos e político-ideológicos (RAFFESTIN, 1993; EDUARDO, 2006; SAQUET, 2009).

Santos (2012) ressalta que é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Neste sentido, a territorialização da UCS, conforme foi planejada sob uma perspectiva integradora, articulada em múltiplas escalas, local/comunitária/territorial/global, possibilitando sua superposição e sua descontinuidade espacial, mesmo que conectadas e articuladas entre si.

Esse sentimento de pertencimento fez com que a UCS projetasse sua presença material (unidades, prédios, etc.) e imaterial (conteúdos técnicos, culturais, ideológicos, simbólicos e de imagem) no território que sempre julgou ser de sua responsabilidade. A territorialidade da UCS não foi delimitada a uma base espacial dada pela sua localização, nem por uma imposição legal, mas pela ousadia de sua proposta inovadora: fundada na oferta de ensino universitário no interior, rompendo com a exclusividade universitária das capitais. Nem poderia privilegiar um único município (Caxias do Sul) e seu entorno imediato; ao contrário, propôs-se a estender o “evento educação universitária” para além de sua contiguidade – como, por exemplo, a unidade de São Sebastião do Caí. Por outro lado, esta organização do espaço poderia ser categorizada de desterritorialização⁵ no sentido de que território e região precisam andar juntos e são indissociáveis.

Ao se denominar de “evento educação universitária”, busca-se a classificação estabelecida por Santos como categorias de análise territorial atribuída a sistema de eventos; o autor faz uma discussão entre eventos naturais e eventos sociais ou históricos. A palavra *evento* em questão não diz respeito ao movimento da natureza, por exemplo, um terremoto, mudado por sua própria dinâmica, mas dos *eventos sociais* ou *históricos* que “resultam da ação humana,

⁵ Assim as dinâmicas denominadas de desterritorialização estão vinculadas a qualquer processo de regionalização, ou seja, a construção ou destruição de regiões é indissociável da construção, da destruição e da reconstrução de territórios. Para muitos autores, o processo de desterritorialização é uma das marcas fundamentais da chamada pós-modernidade, interferindo diferenciadamente em todos os contextos espaciais. (HAESBEART, 2005, p. 15).

da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais, é o movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação” (SANTOS, 2012, p. 147).

No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que evento e ação são sinônimos.

“Desse modo, sua classificação é também uma classificação das ações. Os eventos também são ideais e não apenas fatos. Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade (SANTOS, 2012, p. 148)”.

Evento nesta pesquisa tem a conotação de elemento que constitui o espaço geográfico, compreendido como sinônimo de território usado e espaço banal, entendido como uma totalidade geográfica. Na perspectiva da Geografia humana, o espaço e o tempo são categorias interligadas e articuladas, pressupondo que mencionar o tempo é mencionar o evento. Neste sentido assevera Santos (2012, p. 144-145): “São os eventos que criam o tempo [...] o lugar é o depositário final, obrigatório, do evento.”

Neste sentido, revisitando o lugar no mundo atual, busca-se seus novos significados possibilitados pelo cotidiano; esta dimensão da existência atribui um “tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta os variáveis objetos, as ações, a técnica e o tempo” (SANTOS, 2012, p. 315).

Na perspectiva do processo de organização do espaço, o homem determinou várias práticas por meio das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e interações espaciais. Correa (1986, p. 35-36) denominou de práticas espaciais o “conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço”. Segundo o autor, as práticas espaciais são as seguintes: seletividade espacial, fragmentação – remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora; ainda ressalta que estas práticas espaciais não são mutuamente excludentes, podem ocorrer combinadas ou com caráter complementar.

Neste estudo destaca-se a utilização do território usado como uma categoria de análise reveladora da dinâmica social que esses grupos, definidos na pesquisa como: Institucionais, Poder Público e Comunidade imprimem nos espaços demarcados pelo território da UCS. Ancorando-se em suas práticas espaciais como, por exemplo, o que Correa (1986) chamou de seletividade espacial – a escolha de um lugar que apresente atributos de interesse com os projetos estabelecidos, considerando a estratégia estabelecida de expansão através da integração

de uma Fundação, uma Associação e de vários núcleos, tornando-se uma Universidade Regional – o que se denominou em 1993 de regionalização.

Por outro lado, também poderíamos considerar como um remembramento espacial, porque deriva de uma política da instituição, visando a impor outra racionalidade ao seu espaço de atuação que, através da integração destas unidades e da criação de núcleos locais, originou outra organização espacial.

Retomando a elaboração teórica de Santos, cabe tecer alguns comentários e conceitos pontuais e relevantes, no sentido do espaço geográfico: espaço e tempo (o objeto de análise como salientado inicialmente neste capítulo, seja recortado não apenas espacialmente, como também temporalmente).

Esta reflexão toma emprestados os conceitos horizontalidade e verticalidade desenvolvidos por Santos (2012), que se associa aos conceitos de evento⁶ e rede. Afirma que o surgimento das redes se deve ao período denominado técnico-científico-informacional, devido à integração entre a técnica e a informação, nas quais desencadeou-se o processo de globalização, ou seja, a ciência, a técnica e a informação.

Mas, afinal, como podemos definir rede em Geografia? Já que a utilização do termo rede encontra-se tanto nas ciências exatas como nas sociais, e como as definições se multiplicam, Santos enquadra em duas matrizes: “[...] que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e outra, onde é levado em conta o dado social”. Na atitude, material Santos evoca Currien (1988, p. 22) para uma definição formal:

“Toda a infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre o território onde se caracteriza pela tipologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nó de bifurcação ou de comunicação (SANTOS, p. 262)”.

Dessa forma, esta materialidade é dada pela estrutura física produzida pela técnica; mas as redes, conforme a segunda matriz é social e política, sendo seu significado representado “pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é uma mera abstração” (p. 262).

O conceito de lugar está diretamente associado ao de território usado; Santos divide as redes em três tipos ou níveis (mundiais, dos territórios dos Estados, e do local) de solidariedade,

⁶O autor analisa a forma de interdependência que os eventos acontecem em vários níveis, mas na geografia do ponto de vista escalar, destaca “o nível do mundo e o nível do lugar”. Este acontecer é consequência “da existência dos homens sobre a Terra, agindo para realizar o mundo [...] os eventos são globalmente solidários, pela sua origem primeira, seu motor último. [...] o nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do Mundo e do Lugar, em conjunto esses acontecimentos reproduzem a totalidade; por isso são complementares e se explicam entre si”. (SANTOS, 2012, p. 163-164).

sendo que o lugar é considerado a terceira totalidade, onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta na contiguidade de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário. O autor explica que as redes “são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, o Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado com um todo” (p. 270).

No capítulo “Horizontalidades e Verticalidades” do livro *a Natureza do Espaço*, o autor destaca a contribuição de vários estudiosos ao iniciar a definição de horizontalidades e verticalidades, perpassando por várias áreas do conhecimento, ou seja, geógrafos, sociólogos, filósofos e economistas. Mas, é no enfoque atribuído por Martin Lu (1948), que ele apresenta as noções de integração funcional e integração territorial,⁷ com os quais Santos se identifica.

O ponto de partida de Martin Lu “é o espaço econômico, o espaço das firmas” e Santos argumenta que prefere partir da noção do espaço banal:

“Espaço de todas as pessoas, não importam suas diferenças; de todas as empresas, não importa o seu poder e de todas as instituições, não importa sua força; capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações (SANTOS, 2012, p. 284)”.

Santos utiliza o conceito tomado de François Perroux para explicar o espaço banal, no qual identifica os fenômenos de verticalidades e horizontalidades.

“Nos espaços da globalização haveria relações verticais e relações horizontais que resultariam na produção desses espaços banais – que são os espaços da comunhão, da comunicação, o espaço de todos – não apenas dos fluxos econômicos, mas por serem também considerados o lugar de todos, sem excluir quem quer que seja, sem excluir qualquer que seja a instituição ou empresa. Dessa forma haveria uma volta à noção de totalidade dos atores agindo no espaço (SANTOS, 1999, p. 17-18)”.

Pode-se considerar de maneira geral que as cidades são o cruzamento entre as verticalidades e horizontalidades através do arranjo espacial, concebido por um espaço de fluxos (de pessoas, mercadorias, capitais e informações), de segmentações e partições. Os arranjos espaciais não propagam apenas figuras formadas por pontos contíguos, como se fossem manchas espaciais, inclui também configurações formadas por pontos descontínuos e interligadas. Assim, os conceitos de horizontalidade e verticalidade trazidos por Santos empreendem um esforço de aplicação e interpretação do percurso da UCS e de seu território.

⁷ “A integração funcional resulta dos processos produtivos, cujos fluxos percorrem o espaço hierarquicamente e a integração territorial é resultado dos processos de consumo, que também hierarquizam o espaço segundo as potencialidades de demanda e oferta.” (p. 283).

Para Santos (2012, p.286) as verticalidades “são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”. O autor incorpora a verticalidade às forças centrífugas. As forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, no sentido de permanecerem no território enquanto puderem tirar proveito, não atingido em outros territórios. Além disso, o autor assevera que, “em todos os casos, sobre as forças centrípetas, vão agir as forças centrífugas”.

Esta hierarquia das forças centrífugas sobre as forças centrípetas se justificam pelos comandos portadores de normas, ordens, informações estranhas ao lugar, vindas de fora, de cima e de longe, produzindo um efeito fragmentador das solidariedades locais e uma perda relativa da capacidade de gestão da vida local. Nesse sentido, para a geografia, elas desterritorializam (desarticulam, desestruturam, desintegram as solidariedades locais preexistentes, criadas pelas horizontalidades) para reterritorializar (criar e/ou recriar um ordenamento próprio do território, de acordo com suas necessidades).

Entendendo desta forma a hierarquia destes processos, Haesbaert propõe a discussão que o processo de produção do espaço envolve sempre, ao mesmo tempo, a desterritorialização e a reterritorialização:

“Desterritorialização, e, conseqüentemente, os atuais processos de regionalização, estão fortemente vinculados ao fenômeno da compreensão tempo – espaço – não no sentido de “superação do espaço pelo tempo” ou de um “fim das distâncias”, mas em um emaranhado complexo de “geometrias de poder” de um espaço social profundamente desigual e diferenciado [...] assim como não há “um” processo de compreensão espaço – tempo, mergulhado que está em múltiplas geometrias do poder, também não há “uma Territorialização, mas múltiplas formas de (re) territorialização seja no sentido de muitas, diferentes e lado a lado (múltiplos territórios), seja como uma efetiva experiência “multiterritorial” conjunta e dissociável (multiterritorialidade) (HAESBAERT, 2005, p. 19)”.

Saquet (2010) ressalta que Haesbaert apresenta, como dimensões sociais da desterritorialização, a econômica e a política, e da territorialização, a política e a cultura. Acrescenta ainda que há uma separação entre os fatores determinantes da territorialização:

“O território significa coesão e identidade e, ao mesmo tempo, apropriação e ordenamento político [...]. O conceito de território é trabalhado a partir do espaço produzido, elaborado por Henri Léfèbvre, como produto socioespacial, de relações concretas e simbólicas, articuladas aos interesses econômicos e políticos que potencializam os símbolos e as representações sociais em favor do controle e da acumulação (SAQUET, 2010, p. 125)”.

Pode-se resumir, nas palavras dos autores acima citados, que a desterritorialização significa a destruição de velhos territórios em rede, e a (re) territorialização diz respeito à

construção de novos territórios com um novo enfoque político e/ou simbólico do espaço, considerando-se as redes também.

No que diz respeito às horizontalidades, Santos (2012, p. 286) ressalta que “são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contra finalidade, localmente gerada”. Trata-se de um tecido espacial conformado por relações de proximidade, de vizinhanças, de um acontecer (cotidiano) homólogo, no qual é possível desenvolver uma solidariedade, a serviço do interesse coletivo. Associa à horizontalidade as forças centrípetas as quais são resultantes do processo econômico e do processo social, são forças de agregação, são fatores de convergência.

Conclui-se que as verticalidades se dão no conjunto de relações (exógenas), cuja origem é externa ao território, estas relações são concebidas por agentes públicos e/ou privados localizados em outros territórios, em outros níveis escalares, que procuram se apoderar de e usar novos espaços. Considera-se que estas relações econômicas, políticas, sociais e culturais, que se estabelecem entre lugares e entre regiões, alcançam um espaço mundializado de relações.

As horizontalidades se dão no conjunto de relações (endógenas), cuja origem é no próprio território, onde estas relações são concebidas por agentes públicos e/ou privados localizados no local ou no espaço banal e adjacente, próximo. As relações econômicas, políticas, sociais e culturais se estabelecem nas escalas locais e regionais, nas quais é possível convergir solidariedades locais.

A ideia de território usado neste estudo considera a noção de um território em mudança, tomando-se o seu conteúdo, ou como denominou Santos, uma “forma-conteúdo” (técnica e seu uso); o território tem que ser analisado como algo em processo. Desta forma, é o território “que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos” (SANTOS, 1999, p.19).

Por meio destes conceitos importantes da ciência geográfica, destacando-se o território como categoria de análise aos propósitos analíticos deste artigo, apresenta-se o próximo capítulo teórico - metodológico das representações sociais, que, são articuladas para a análise interpretativa do conjunto de significados – materiais ou simbólicos – de valorização da presença da UCS no seu processo de expansão territorial.

3. Campo Teórico e Metodológico das Representações Sociais

Para a compreensão dos elementos teóricos que foram trabalhados e dos respectivos recortes analíticos realizados, é mister que o modelo teórico utilizado seja exposto em suas linhas gerais para o leitor.

Uma representação social é também individual, pois necessita ancorar-se em um sujeito integrado a um meio social. Dessa forma, para Moscovici (1978), a Representação Social não é nem o coletivo nem o inconsciente, mas o movimento de interação entre as pessoas, sendo uma forma de conhecimento individual, que só ocorre na interação com "o outro", no mesmo momento em que se dá essa interação. O conceito de Representações Sociais coloca-se no centro do eixo individual-social, ligando as duas realidades (FARR, 1999; GUARESCHI, 2000).

Assim, de modo geral, as representações sociais podem ser definidas e compreendidas como:

“[...] um conhecimento do senso comum, socialmente construído e socialmente partilhado, que se vê na mente das pessoas e na mídia, nos bares e nas esquinas, nos comentários das rádios e TVs. [...] São um conhecimento social, um campo representacional. Elas podem possuir aparentes contradições na sua superfície, mas nos seus fundamentos formam um núcleo estável e permanente, baseado na cultura e na memória dos grupos e povos. É somente através de pesquisa cuidadosa que se pode identificar estes fundamentos mais duradouros. (GUARESCHI, 2000, p. 78)”.

O conhecimento assume formas e significados multifacetados, dependendo do modo pelo qual ocorre o processo de difusão, propaganda e propagação entre os diferentes segmentos culturais que compõem a sociedade. Esse conhecimento (re)criado em função de sistemas próprios de valor, Moscovici denominou de representações sociais.

Moscovici (1988, p. 211-250) descreve três tipos de representações sociais ao justificar a sua preferência pelo adjetivo social, são elas:

Representações hegemônicas: existe um alto grau de consenso entre os membros do grupo e corresponderiam mais com as representações coletivas enunciadas por Durkheim. Segundo Vala (2004), representam formas de entendimento e significados amplamente partilhados por um grupo fortemente estruturado e que estruturam o grupo. Essas representações são uniformes, indiscutíveis e coercivas.

Representações emancipadas: não têm um caráter hegemônico nem uniforme, emergem entre subgrupos específicos, portadores de novas formas de pensamento social. São modalidades de conhecimentos sobre um objeto com alguma autonomia, relativamente aos grupos sociais que estão na sua origem.

Representações polêmicas: surgem entre grupos que passam por situações de conflito e controvérsia social a respeito de fatos ou objetos sociais relevantes e que expressam formas de pensamento divergentes.

Moscovici (1988, p.252) afirma que “essas distinções enfatizam a transição do conceito de representação coletiva como uma visão uniforme para uma visão diferenciada das representações sociais, que é mais próxima da nossa realidade”. Vala (2004, p. 463) complementa: “[...] e mostram como o contraste entre diferentes tipos de relações sociais e a sua repercussão no pensamento social será mais pertinente do que o contraste entre o pensamento individual e o pensamento coletivo”.

Moscovici (2003) assinala que toda a representação social é a interpretação de algo existente, é o olhar social para um conceito disponível na sociedade. O autor afirma que o dinamismo da representação, o objeto de representação existe em um contexto, passando pela subjetividade individual e coletiva, ou seja, o objeto de representação constitui-se em um universo dinâmico.

Para entendermos as Representações Sociais, temos que entender os processos pelos quais elas são produzidas e transformadas.

Para Moscovici isso significa além dos processos de ancoragem e objetivação, e como Doise (1993) destacou, a propagação, a propaganda e a difusão. Nesse sentido, Doise explica o papel da comunicação na estruturação das representações, através das três modalidades de comunicação: *propagação* quando existe algo a ser propagado (difundido), e está cercado de regras; há interesse nesse movimento; *difusão* configura-se como transmissão de informações, produzindo um saber comum (mais livre) e; *propaganda* quando apresenta uma visão de um mundo de contrários; ela existe no mundo das relações conflituosas.

As Representações Sociais (JODELET, 1989) podem ser compreendidas como um conhecimento do senso comum, socialmente construído e socialmente partilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Portanto, a autora esclarece que uma representação social é uma forma de saber prático que liga o sujeito a um objeto. Este pode ser de natureza social, material ou ideal. É um conhecimento social, um campo representacional.

De modo geral, as representações sociais constituem uma formação subjetiva multifacetada e polimorfa, na qual os fenômenos da ideologia, da cultura e do domínio sócio estrutural deixam sua marca, como elementos de ordem afetiva, cognitiva, simbólica e valorativa, que participam da sua constituição.

3.1 Método de Pesquisa

Esta pesquisa, conforme as finalidades do método e sua sustentação teórica apresentada acima se propõem a verificar o grau de conhecimento das pessoas entrevistadas, para averiguar, através da estratégia analítica interpretativa, os significados produzidos por um público específico, envolvido com o processo de expansão da UCS, em seu envolvimento com esse processo institucional ou mobilizado pelas repercussões que o processo imprime/imprimiu no imaginário social.

No plano geral, este estudo apresenta-se em dois momentos distintos: uma pesquisa em fontes secundárias usando documentos, seguida de uma pesquisa em fonte primária, valendo-se de entrevistas diretas com pessoas com algum vínculo com instituição, do Poder Público e da comunidade.

3.2 Definição dos Sujeitos da Pesquisa e Processo de Coleta de Dados

O grupo selecionado seguiu os seguintes critérios: conhecimento da UCS; experiência com a UCS (aluno, gestor, professor); inserção na comunidade acadêmica e/ou política e/ou participante de uma entidade de classe. Às vezes, o entrevistado fazia parte da Instituição e também representava a comunidade. Fazem parte deste estudo três segmentos diferentes de entrevistados, a saber:

- institucionais: gestores e professores;
- Poder Público: prefeitos e vice-prefeitos;
- sociedade: dirigentes de associações de classe.

O total investigado foi de 30 pessoas, selecionadas intencionalmente segundo critérios que implicaram o envolvimento de cada uma delas no processo de criação e expansão da universidade na sede original – Caxias do Sul – e nos oito municípios que compõem o território de atuação da UCS.

Conforme o planejamento da pesquisa foram adotados os critérios recomendados para realizar uma coleta de dados de duas formas: de base documental e por meio de entrevistas.

Os documentos utilizados nesta investigação compõem um conjunto de documentos institucionais, fundamentais à identificação e caracterização dos principais traços do desenvolvimento da instituição em análise.

Foram analisados os seguintes documentos:

- Estatuto e Regimento da FUCS⁸;
- Estatuto e Regimento e PDI⁹ da UCS;
- documento de Regionalização da Universidade;
- Revista *Chronos* alusiva aos quarenta anos da UCS;
- Boletins Informativos da ADUCS,¹⁰ do COMUNG.¹¹;
- reportagens jornalísticas;
- proposta de projeto de lei das Instituições Comunitárias, encaminhado pelo sistema ACAFE¹² e COMUNG, para discussão e posteriormente encaminhamentos na ABRUC.¹³

No que diz respeito às entrevistas tomou-se o cuidado de que cada contato foi agendado antecipadamente, e a pesquisadora realizou entrevistas diretas, seguindo um roteiro semiestruturado de perguntas abertas. O tempo de cada uma delas variou de 30 minutos a uma hora e meia. As entrevistas foram gravadas por meio eletrônico e posteriormente transcritas. A entrevista semiestruturada, considerada um instrumento básico de coleta de dados, teve como foco obter informações em profundidade sobre o problema investigado.

As entrevistas foram realizadas nos municípios de origem dos indivíduos selecionados, com atores-chave da instituição, tais como: diretores de campus e pró-reitores. Participaram desse segmento institucional além dos gestores internos, duas pessoas vinculadas às Faculdades que participaram do processo de regionalização da UCS (Presidente da APESCS¹⁴ e a FERVI¹⁵). Com relação ao segmento do Poder Público, integraram a pesquisa: prefeitos e vereadores. Representam o segmento comunitário: associações empresariais, sindicatos e órgãos educacionais.

Para sistematizar o processo analítico, foram seguidas as seguintes etapas na análise dos documentos:

- transcrição de cada entrevista e escuta das gravações para ajustes e correções das falas;
- leitura dos documentos com o objetivo de identificar a ideia geral e/ou o foco deste estudo;

⁸ Fundação da Universidade de Caxias do Sul.

⁹ Plano de Desenvolvimento Institucional.

¹⁰ Associação dos Docentes da Universidade de Caxias do Sul.

¹¹ Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas.

¹² Associação Catarinense das Fundações Educacionais.

¹³ Associação Brasileira das Universidades Comunitárias.

¹⁴ Associação Pró-Ensino Superior dos Campos de Cima da Serra.

¹⁵ Fundação Educacional da Região dos Vinhedos.

- desconstrução do texto em unidades de significados ou temas centrais, destacando as manifestações-chave de acordo com os enunciados dos questionamentos;
- após a leitura das entrevistas, identificou-se o tema central de cada uma delas, destacando-se expressões-chave e ideias centrais, que contribuíram para o desenho das categorias;
- agrupamento e categorização das ideias centrais comuns e diferentes do conjunto do material empírico;
- fechamento da análise por meio de discussão dos conceitos, conteúdos e categorias com o orientador, para debate, julgamento e produção de consenso com respeito à interpretação dos achados.

3.3 Procedimentos de Análise

Por ser esta uma pesquisa de análise interpretativa – que busca o conhecimento das pessoas sobre o objeto da representação: o projeto e a origem da Universidade – ela comportou um estudo de caso. Tanto a parte documental como as entrevistas foram objeto de análise qualitativa.

Como complemento, optou-se pela estratégia analítica interpretativa das representações dos diversos atores selecionados.

A análise das trinta entrevistas permitiu identificar tanto concepções individuais sobre o objeto de representação, como as categorias de assuntos tratados nas entrevistas. Uma das técnicas utilizadas pela análise qualitativa é a análise por categorias. Ela se baseia na decodificação de um texto em diversos elementos, buscando significados que dão coerência aos discursos produzidos, os quais foram classificados e formam agrupamentos definidos pelas perguntas do pesquisador, orientadas pelos conceitos importantes definidos por estudos anteriores (SPERONI, 2010; FERREIRA 2008; FRANTZ, 2002, MATTIA, 2013).

A partir do conjunto do material examinado – depoimentos dos entrevistados, documentos institucionais, reportagens sobre o tema – resultou num conjunto vasto de informações. Neste sentido, a categoria analisada neste artigo trata do movimento de expansão territorial de uma Universidade Comunitária.

4. O Movimento de Expansão Territorial – Regionalização

Do processo à concretização da regionalização: “a regionalização da Universidade de Caxias do Sul é hoje um forte anseio de toda a comunidade regional. A Universidade não pode dar as costas a essa reivindicação”. (UCS, 1992).

A regionalização da UCS tem definido um marco institucional a partir do documento “*A Regionalização da Universidade conceitos e perspectivas*” e das entrevistas com os sujeitos desta pesquisa. Em 1993, quando se efetivou a regionalização, ela justificou-se segundo alguns pontos considerados centrais: pela história da UCS, pela característica da região, pelo apoio dos municípios, pela integração e pelo reconhecimento dos cursos da FERVI¹⁶ e APESCS¹⁷, pela criação dos núcleos e como agente de desenvolvimento regional: “[...] a regionalização, com identidades culturais, vocações econômicas assemelhadas, sólida infraestrutura de acesso e comunicações, e, sobretudo, origens e histórias institucionais comuns [...]” (Gestor 3).

A partir de 1990, com base na prerrogativa da autonomia universitária, o processo de regionalização da universidade tomou um forte impulso com a implementação de estratégias de ação que fortaleciam o seu caráter comunitário¹⁸ e regional. De forma institucionalizada, a UCS iniciou o processo de regionalização, prevendo a criação de campus e de unidades universitárias, para desenvolverem atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de Resolução do Conselho Universitário: “O caráter comunitário da UCS conduziu à criação e solidificação de estreitas relações com a comunidade de toda a região.” (Gestor 4).

O processo de regionalização previu o desenvolvimento de duas estratégias: integração à Universidade das IES existentes na região, transformando-as em campi universitários, e a criação de uma nova rede de Núcleos Universitários e Cidades-Polo de várias microrregiões que integram a região da UCS.

Dessas duas estratégias originaram-se, em 1993: o Campus Universitário da Região Vinhedos (CARVI), em Bento Gonçalves, e o Campus Universitário de Vacaria (CAMVA); os Núcleos Universitários de Guaporé (NUGUA), Nova Prata (NUPRA), Farroupilha (NUFAR) e da Região das Hortênsias, com sede em Canela (NUCAN). O processo de integração das IES dos Municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Vacaria (UCS, 1992), teve como objetivo principal o surgimento da Universidade Regional “multicampi” e seguiu as seguintes etapas:

- 1- a transferência dos cursos superiores de Bento Gonçalves e Vacaria para a UCS e, conseqüentemente, a caracterização dessas sedes como Campus 2 e Campus 3, respectivamente;

¹⁶ FERVI – Fundação Educacional da Região dos Vinhedos.

¹⁷ APESCS – Associação Pró-Ensino Superior dos Campos de Cima da Serra.

¹⁸ Entenda-se, aqui, o modelo de gestão reconhecido pelo MEC.

- 2- unificação do regime acadêmico dos cursos;
- 3- estabelecimento de consórcio entre as Mantenedoras, sob a forma de coesão em comodato ou outra forma de associação patrimonial, para a manutenção da Universidade Regional;
- 4- adequação dos Estatutos da Entidades Mantenedoras às exigências da regionalização da Universidade, com possível alteração da denominação da Universidade;
- 5- adequação dos Estatutos, do Regimento Geral, do Plano de Carreira Docente e de outros instrumentos legais da Universidade de Caxias do Sul às exigências da regionalização da Universidade.

A criação de Núcleos Universitários Regionais, nos municípios de Canela, Farroupilha, Guaporé e Nova Prata, foi instituído pelas seguintes etapas:

- 1- aprovação da Lei Municipal por parte dos municípios integrantes do Núcleo, destinando recursos orçamentários aos programas da Universidade na sub-região e à manutenção da infraestrutura do Núcleo;
- 2- celebração de Convênios e competentes Termos Aditivos entre municípios e a Universidade, para implantação de qualquer atividade, em que fiquem asseguradas todas as condições de qualidade necessárias;
- 3- criação de um Conselho Consultivo do Núcleo, com a participação dos municípios e de Entidade da Comunidade, com o objetivo de elaborar a programação anual, de avaliar as atividades desenvolvidas e de propor medidas à administração e aos Conselhos Superiores da Universidade;
- 4- estabelecimento de representação do Núcleo nos Conselhos Superiores da Universidade e nos Colégios Eleitorais;
- 5- designação de coordenador pela administração da Universidade.

Os documentos denominados de Estatuto e o Regimento Geral da Universidade foram os responsáveis pelo estabelecimento das normas de organização e funcionamento dos Núcleos Universitários Regionais.

O projeto de regionalização da UCS, submetido ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), teve parecer favorável do Conselho Federal de Educação (CFE). No documento oficial, as palavras do relator, Conselheiro José Francisco Sanchotene Felice, resumiam o sentimento de todos os que, através dos anos, haviam abraçado a causa da regionalização da UCS e referendava um compromisso assumido pelas lideranças, que preconizaram uma Universidade para a Região. Dizia ele:

“O tempo ensinou que o somatório de forças é a melhor opção, agora em forma de Universidade Regional. Verifica-se, pois, que a Regionalização, tão sonhada e perseguida, chega na hora certa; na maturidade plena das Instituições participantes; na jovialidade perene dos que se lançam e perseveram na arte e na ciência de promover pessoas humanas através da educação. (UCS, 1992, p. 43)”.

Nesse contexto é criada a Universidade Regional multicampi, que manteve na sua origem o propósito de atender as necessidades e os anseios da região, no sentido de implantar o ensino universitário, possibilitando a qualificação de recursos humanos para as múltiplas atividades do seu desenvolvimento. Além disso, para fazer frente aos avanços e aos desafios estabelecidos, como os decorrentes do processo de atuação e inserção regional quanto aos institucionais, como nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A “marca regional” ou a “integração com a comunidade” estão presentes na experiência da UCS desde 1956 quando Dom Benedito Zorzi, Bispo de Caxias do Sul, defendia a união da sociedade em torno de um ideal comum: “A criação de faculdades¹⁹ que, por sua vez, possibilitariam a criação da Universidade da Serra.” (ZORZI, 2007, p. 83). Na época, o Bispo já denominava a Universidade de Caxias do Sul como “Universidade da Serra” ou “Universidade Comunitária da Serra”, na qual caracterizaria a ênfase ao caráter regional explícito no seu nome.

Para atender a demanda de cursos superiores, por iniciativa da comunidade e, sobretudo pela ausência do Poder Público no que diz respeito às defasagens educacionais e culturais, a sociedade se organizou e se mobilizou pela instalação de escolas superiores, por meio de associações, fundações e consórcios com tal objetivo. Lembrando que estas iniciativas não tinham caráter privado, com visão empresarial, mas eram públicas, embora não estatais.

“A FERVI tinha essa dificuldade [...] não tinha as adequações necessárias para buscar mais cursos, porque a normatização da época não permitia abertura de cursos isolados, e a situação se tornou bastante crítica e quase insustentável no que diz respeito a essa questão [...] a decisão tomada na sociedade de Bento Gonçalves, de se fazer processo de parceria com as universidades de modo geral, várias foram contatadas, mas a eleita foi a Universidade de Caxias do Sul, pela proximidade, ela já teve no passado campus em Bento Gonçalves, se estabeleceu um critério de parceria, se transferindo todos os cursos, fazendo um processo de comodato, passando todos os bens móveis e imóveis da universidade para que ela pudesse dar sequência ao ensino superior de Bento Gonçalves. [...] os resultados foram bastante promissores, diria até ótimos, porque hoje nós temos, em Bento Gonçalves, uma universidade que é um campus e na verdade tem a sua dimensão maior do que muitas universidades que existem no estado e até no próprio país. (Entrevistado²⁰)”

¹⁹A Universidade de Caxias do Sul (UCS) é uma instituição comunitária de ensino superior, constituindo-se do ponto de vista formal em uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos. Surgida em 1967, através do Decreto 60200, de 10/02/67, assinado pelo presidente da República, Costa e Silva, pela associação de cinco faculdades – Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia, Escola Superior de Belas Artes e Escola Superior de Enfermagem Madre Justina Inês – mantidas pelo Município de Caxias do Sul, a Mitra Diocesana e a Sociedade Hospitalar Nossa Senhora de Fátima, a instituição originou-se de uma espécie de projeto social desenvolvido por forças da comunidade.

²⁰ Entrevistado Segmento Sociedade – Dirigente de Associação de Classe

“Foi concebida lá nos idos do início de 90, onde nós tínhamos na FERVI poucos cursos e uma situação muito difícil e, a partir do CIC (Centro de Indústria e Comércio de BG) e alguns empresários locais, houve esse movimento para que se tornasse uma Universidade regional através do COMODATO junto a Universidade de Caxias do Sul. (Entrevistado²¹)”

As mesmas dificuldades enfrentadas pela FERVI também eram enfrentadas pela APESCS, conforme o depoimento abaixo:

“Então eu saía na rua e tinha gente que falava: “Bom, eu estou formado e não adiantou nada.” Se referindo aos cursos de Letras e de Pedagogia, os quais formaram gente e não eram reconhecidos.[...] Então nós encaminhamos lá e eles faziam, semanalmente, uma visita ao Conselho Federal, cujo o presidente naquela época, era o arcebispo de Aracaju, o que facilitou também; então conseguimos o reconhecimento. Então ficou reconhecido e após esse tempo, passou-se alguns anos e nós vimos a necessidade imperiosa de se montar outros cursos em Vacaria. [...] Então nós tivemos que partir para um convênio com a Universidade de Caxias do Sul. Para que a gente pudesse, facilitasse o reconhecimento dos cursos. Porque as instituições particulares tinham grande dificuldade de reconhecimento. (Entrevistado²²)”

Evidencia-se nas falas a representação social ancorada na mobilização dos agentes sociais, a mesma da origem da UCS. Um processo como uma nova configuração territorial (rede) para viabilizar a oferta de novos cursos e para atender a demanda da região, ressignificando os lugares. Num primeiro momento, as políticas estabelecidas pelo MEC inserem-se no movimento das verticalidades, pois produziram nestas faculdades um efeito desintegrador das solidariedades locais, inviabilizando as possibilidades e capacidades de gestão dos lugares incluídos no processo. Por outro lado, observa-se, também, que através da mobilização da sociedade, além das relações de proximidade (em 68, a UCS teve uma relação com estes municípios, dada a oferta de cursos de extensão) inserindo-se no movimento de horizontalidades.

Agora, como Universidade Regional, assume a condição de responsável pela produção, construção e transmissão de conhecimento e também de contribuir para o desenvolvimento local. Não esquecendo que este estudo se propõe a realizar uma análise a partir desta dinâmica espacial-temporal, que deve estar sempre articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem.

“Esforço e união de forças típicos desta região (ZORZI, 2007)”.

“[...] essa regionalização ela já fez parte desde o início da universidade quando foi criada com outros três campi, foi abandonada por um tempo, e retornou quando começaram a se abrir em outros locais como é o caso de Canela, Farroupilha, Nova Prata, Veranópolis, Guaporé e mais recentemente São Sebastião do Caí

²¹ Entrevistado Segmento Sociedade – Dirigente de Associação de Classe

²² Entrevistado Segmento Sociedade – Dirigente de Associação de Classe

[...] a regionalização, a implantação do ensino superior em vários locais da região da Serra que não haveria ensino superior se não fosse a Universidade de Caxias do Sul. (Entrevistado²³)”

“Como cidadão pratense, acompanhei o processo histórico de implantação e expansão do Núcleo Universitário de Nova Prata. Em 1993 por iniciativa da Administração Municipal da época, o Núcleo inicia suas atividades. Administração, Letras, Pedagogia, Direito, Ciências Contábeis, além de diversos cursos de extensão e pós-graduação foram oferecidos pelo núcleo ao longo de sua história, tornando-se um Centro Universitário para esta cidade e Região. (Entrevistado²⁴)”

Ressalta-se, na fala do entrevistado abaixo, o conteúdo discursivo e a constituição de uma rede de significados simbólicos e históricos para a criação do Núcleo de Canela.

“O núcleo surgiu em função da transferência do curso de Tecnologia em Hotelaria que estava em Atlântida e como na época havia um contrato, o proprietário do hotel Atlântida, que ficava aqui no nosso litoral gaúcho, solicitou de volta o prédio. A Universidade teve que transferir o curso para outra região, não necessariamente a opção seria Canela, mas na época foi até curioso, porque foi oferecido pra várias instituições de ensino, isso eu estou falando dos anos de 1984, 85... Então quando houve essa necessidade de transferir o curso, eles ofereceram para PUC em Porto Alegre e outras, enfim outras a UNISINOS e outras, ninguém quis assumir. Consideravam que curso de Tecnologia e Hotelaria naquela época, não se tinha muito conhecimento nessa área, e era uma coisa nova o termo de tecnologia e até para Universidade Federal foi oferecido o curso, e na época segundo o falecido professor Rui Pauletti comentava o pessoal meio que “torceu o nariz” como a gente diz. Consideravam que o curso de tecnologia, olha só como são as coisas, ia assim desprestigiar a Universidade, a academia não aceitava essa palavra ainda de tecnologia. Surgiu então a opção de transferir pra Canela onde um dos Prefeitos na época que era o Günter Shuinter ele mostrou interesse e acabou cedendo o prédio da Prefeitura que estava em obras, o prédio estava parado por falta de verba e a Universidade acabou então se instalando provisoriamente lá, isso lá nos anos de 85 pra 86, eu cheguei logo depois em 87 e até brinco com alguns alunos: Oh aqui onde tem a sala do Prefeito a gente dava aula. (Entrevistado²⁵)”

Cabe destacar um passo importante no ano de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que se refere às categorias de instituições de direito privado, distinguindo as comunitárias das particulares (art. 20); a participação da comunidade nas universidades vem fortalecer os princípios fundadores dessas instituições.

“Então de acordo com essa estratégica, a fundação educacional (FERVI) a partir do ano de 91 começou um trabalho de conversa com a Universidade de Caxias do Sul na gestão do professor Ruy Pauletti, [...] informações lá de Brasília diziam que o ministério teria que abrir a possibilidade, de dar a chance a estas Instituições de expandirem nas regiões, então a partir dessa informação que ia se consolidar com a LDB de

²³ Entrevistado Segmento Institucional – Professor/Gestor

²⁴ Entrevistado Segmento Poder Público- Prefeito

²⁵ Entrevistado Segmento Institucional– Professor

96, o professor Pauletti convenceu a fundação da Universidade de Caxias do Sul a começar uma negociação de regionalização da Universidade de Caxias do Sul. (Entrevistado²⁶)”

No caso específico da UCS, o ideário de ser uma Universidade Regional estava estampado no Estatuto da Universidade, reformulado em 1974, que prescreve em seu art. 7º: “A Universidade participará diretamente do desenvolvimento regional, realizando o estudo sistemático de seus problemas e formando quadros de pessoal técnico e científico ao nível de suas necessidades.” (UCS, 1992).

Assim sendo, a ideia de regionalização da Universidade de Caxias do Sul foi fruto da consciência de agir de forma integrada em todos os setores e níveis de atividades e da receptividade na região.²⁷ Conforme parecer do Conselho Federal de Educação 689/92 – e homologado pela Portaria Ministerial 211/93, de 19 de fevereiro de 1993; o relator do processo foi o Sr. Conselheiro José Francisco Sanchotene Felice, que inicia assim seu relato:

“Pelo relatório, constata-se que o Projeto de Regionalização da Universidade de Caxias do Sul reveste-se de coerência, oportunidade, seriedade e exequibilidade. Propõe-se a integrar instituições e incorporar cursos superiores já consolidados, prevendo expansão compatível com as necessidades e aspirações de uma vasta e próspera região rio-grandense, onde a tradição e a modernidade mesclam-se num processo peculiar, e envolve todos os campos da cultura, da vida social e da economia. (UCS, Assessoria de Planejamento, 1992)”

Foram criadas novas unidades universitárias em subpolos regionais e passaram a integrar a UCS a Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, com sede em Bento Gonçalves e a Associação Pró-Ensino Superior dos Campos de Cima da Serra, com sede em Vacaria. Através da transferência de seus cursos e cedendo em comodato o seu patrimônio para instalação de um campus universitário.

“[...] discutindo na Câmara de Vereadores, na sociedade como um todo, então foi um conjunto de entidades, especialmente o CIC, a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, tivemos o maior número de discussões e encaminhamento, até se formatar o processo adequado para que se fizesse o contrato de comodato e a UCS assumisse os cursos e o patrimônio da Fervi. (Entrevistado²⁸)”

“Origem em 1965 com a associação de várias entidades de Caxias do Sul, como um esforço para desenvolver o município e a região. Percurso, até o início dos anos 90 a atuação da UCS tinha como foco principal a cidade de Caxias e os municípios a seu entorno e, a partir da gestão do Prof. Rui Pauletti, esta atuação assume

²⁶ Entrevistado Segmento Institucional - Gestor

²⁷ Região Nordeste do Rio Grande do Sul, abrangendo 53 municípios com 826.003 habitantes, o que representa 9,05% da população do RS (dados do IBGE, 1991), obedecendo a critérios de ordem física, econômica e cultural, tais como: proximidade geográfica e facilidade de locomoção pelo sistema viário; semelhança das atividades econômicas predominantes; identidade cultural, atividades universitárias já implementadas e em desenvolvimento nos respectivos Campi e Núcleos Universitários.

²⁸ Entrevistado Segmento Sociedade /Institucional– Dirigente de Associação de Classe/Professor

maior abrangência, saindo assim do município de Caxias do Sul e criando campus e núcleos em outras cidades, a partir de acordos com as entidades locais para dar suporte (apoio) a tal processo.(Entrevistado²⁹)”.

O projeto da regionalização ganhou impulso pela implantação das estratégias – criação dos *campi* e dos núcleos. Foi na gestão do Prof. Ruy Pauletti que este evento histórico, a regionalização, se concretizou atribuindo-se a ele e a sua gestão uma representação social de um líder carismático, articulador. Utilizou-se de uma interação entre as dimensões políticas e simbólicas, isto é, ressalta-se o acompanhamento de negociações, disputas e conflitos de interesse; o significado dos eventos, das decisões e dos discursos que representam muito para a organização. Isto pode ser observado com os seguintes relatos:

“Professor Ruy foi um grande Reitor. Tinha uma visão de futuro, era decidido, líder e empreendedor. Tinha ideias e sabia como concretizá-las. Também não lhe faltava energia, coragem e habilidade política para realizar. (RIZZON, 2012)”.

“[...] fui chamado a ir a Vacaria porque o campus estava para fechar, não tinha mais alunos [...] na época o único curso viável era o Direito, e as pessoas estavam pedindo [...], aproveitamos que o Ministro de Educação estava em Lagoa Vermelha e fomos até lá pedir para fazer a criação do curso. O Ministro mandou que eu me utilizasse de minha autonomia, então criei o curso. Depois me incomodei um monte para legalizá-lo, mas graças a uma equipe [...] conseguimos. O Campus de Bento estava falindo também, [...] então um dia fui ao encontro dos prefeitos da região e começamos uma série de negociações que duraram cerca de cinco meses. Mas, conseguimos reerguer e reativar aquele campus e levar o projeto da regionalização adiante. (PAULETTI, 2012)”.

“[...] ouvíamos relatos dos colegas e especialmente do Prof. Ruy: o que dava certo ou não em nossas universidades. Ele, sempre muito pragmático e direto, demonstrava ser firme e decidido na defesa dos interesses da UCS e no seu objetivo de consolidá-la como uma das mais importantes do estado. (LAZZARI, 2012)”.

“A atuação e liderança do Prof. Ruy não se circunscreveu ao ambiente da UCS, se estendeu inclusive às demais universidades; ele foi um dos mentores da criação do Comung, da qual ele deve ter sido um dos primeiros coordenadores. (FACCIONI, 2012)”.

A regionalização, além da forma institucional, pode ser vista como uma forma de ação da universidade, de modo a torná-la um agente direto do desenvolvimento regional. O local/região torna-se um espaço dentro do qual se desenvolve a ação disseminadora do conhecimento e de tecnologia por parte da IES, em benefício da melhoria de qualidade de vida da população.

“A regionalização de uma Universidade traz para os municípios locais e regionais uma oportunidade maior de crescimento em diversos aspectos, pois facilita o ingresso desses nos bancos acadêmicos, tão importantes para a vida pessoal, social, política e econômica. Sendo a mesma uma referência em Educação Superior na região pela qualidade e atuação [...], a Universidade, através de seus núcleos, mantém um diálogo efetivo com

²⁹ Entrevistado Segmento Institucional - Professor

os diferentes segmentos da sociedade, a fim de coletar dados que possam servir de parâmetros para novas políticas educacionais e, assim, atender melhor os anseios da região. (Entrevistado³⁰).

Nesse sentido, nos planos de gestão (PDI), em relatórios, entrevistas, pronunciamentos e em outros documentos, está expressa a afirmação do seu compromisso com as comunidades regionais. Na diretriz três do planejamento da IES consta: Integração Regional com objetivo de “Encaminhar aos órgãos competentes proposta de redefinição do modelo de regionalização da Universidade. Incrementar a produção, sistematização e socialização de conhecimentos sobre a realidade da região.” (PDI, 2012, p. 16). Esse caráter regional é evidenciado pela prestação de serviços, na realização de pesquisas, na transferência de tecnologia, na ampliação do conhecimento e na expansão da oferta de cursos que atendam as especificidades regionais.

Há outra análise importante a ser feita a partir da experiência e atuação da autora desta pesquisa na UCS. Observa-se (tomando por base um semestre) que há um número significativo de alunos que transitam entre as unidades acadêmicas, o que dá outra perspectiva ao indicador *número de alunos matriculados* (que considera a origem de lotação). Quando cruzamos a cidade de origem do aluno com as disciplinas que está realizando no semestre, observamos vários casos de, por exemplo, alunos dos cursos de Bento que realizam disciplinas em Caxias do Sul, Nova Prata, Guaporé, etc. Em síntese, isso significa que o número de alunos matriculados nos cursos lotados no NUPRA (Núcleo de Nova Prata), por exemplo, é um, e o número de alunos que realmente transita pelo núcleo é maior.

Mas isso rompe com o conceito que temos atualmente na UCS, pois o aluno não passa a ser mais visto pelo curso de lotação, mas pelo conjunto de disciplinas que realiza durante o período, isto é, essa integração é vista segundo Spencer (apud Lalande, 1999, p. 574), “como a passagem de um estado difuso, imperceptível, a um estado concentrado, perceptível”.

Bobbio (1999, p. 663) chama esta integração de “integração territorial”, que representa o processo pelo qual o controle do poder de um grupo consegue estender-se sobre a totalidade de um território antes fracionado. Pode também acontecer segundo diferentes modalidades, de acordo com as relações centro/periferia. Distinguem-se três modelos de integração territorial: a conquista, a fusão e irradiação. Na fusão, temos um processo lento de aproximação progressiva entre vários grupos geograficamente próximos; esse processo é, normalmente, facilitado pela unidade linguística, mas pode ser também resultado da percepção de interesses comuns.

A irradiação exige, em primeiro lugar, a presença de um símbolo central aceito por todos os grupos, como ponto de referência; em segundo lugar, uma alta homogeneidade étnica; e, em terceiro lugar, a necessidade de um longo período de tempo, de modo que as capacidades do

³⁰ Entrevistado Segmento Poder Público - Prefeito

sistema se expandam seguindo o mesmo ritmo do índice de mobilização dos grupos. O sistema dessa forma pode-se abrir a todos os grupos, assimilando-os com iguais níveis de oportunidades e gratificações.

Neste sentido, percebe-se o verdadeiro significado da regionalização relatado nas palavras do atual reitor: “Nasce de um conjunto de forças e de instituições da comunidade que se organizam para dotar a região dos cursos superiores necessários ao seu desenvolvimento.” (2012). Dessa forma, o significado da regionalização está ancorado no núcleo figurativo evidenciado na origem da UCS, ou seja, na mobilização e no ensino universitário, remetendo aos valores e às crenças fundadores da instituição.

Portanto, a partir do projeto de regionalização, o território usado envolvendo todos os atores e todos os aspectos descritos acima, foi um espaço socialmente partilhado no que se refere a sua apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico). O arranjo espacial estabelecido aqui foi proporcionado por relações de proximidade, a partir das ações localmente construídas e ampliadas para a coesão da sociedade civil, com a concepção de um cotidiano homólogo, convergindo em solidariedade local estabelecida horizontalmente.

5. Considerações Finais

Buscou-se na representação social o entendimento de qual é a função do conhecimento e como se dá a articulação deste nas relações cotidianas; ainda como as relações sociais se constroem e influenciam atitudes, opiniões e comportamentos de um grupo. Através desta abordagem, pôde-se entender de forma abrangente como se produzem os saberes sociais em determinados grupos e como esses saberes se manifestam quotidianamente em suas relações. Conectando os membros de uma sociedade através de noções, conceitos e construções argumentativas, tornam-se coerentes e comuns alguns fatos relevantes no imaginário coletivo.

Embora exista consenso, em todos os países, sobre a importância da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico, supõe-se que toda a universidade deva voltar-se para o exame do seu entorno, com o objetivo de contribuir em sua esfera de competência. Identificou-se que para as universidades comunitárias isso integra o conjunto de prioridades e tendem a assumir um lugar de destaque no processo de planejamento e desenvolvimento.

Como premissa deste estudo, tem-se o fato de que uma universidade contribui para o desenvolvimento local; nesse sentido, suas estratégias de fundação atuam de forma a alterar a estrutura e a característica territorial.

“A universidade é, pois, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Aqueles que não a têm também não têm a existência autônoma, vivendo, tão somente, como um reflexo dos demais. (TEIXEIRA, 1989, p. 34-43)”.

Neste estudo destaca-se a utilização do território usado como uma categoria de análise reveladora da dinâmica social, que integra o passado e o futuro, os quais imprimem os espaços demarcados pelo território da UCS. Acorando-se em suas práticas de seletividade espacial, considerou a sua estratégia de expansão tornando-se uma Universidade Regional, através da integração de uma Fundação (FERVI), uma associação (APESCS) e vários núcleos.

O significado da regionalização está ancorado no núcleo figurativo evidenciado na origem da UCS, ou seja, na emulação posta pela mobilização voltada para o ensino universitário, remetendo aos valores e crenças fundadores da instituição, tendo como alvo oportuno um “público” indistinto, mas politicamente mobilizador: a Sociedade.

A territorialidade da UCS não foi delimitada a uma base espacial dada pela sua localização, nem por uma imposição legal, mas pela motivação de ofertar ensino universitário em um município e numa região no interior do estado. Evidenciou-se neste estudo que a IES estabelecia uma relação próxima com seu entorno e pensava em uma configuração territorial para além de sua origem/local, Caxias do Sul. Com o formato de uma Universidade Regional, propôs-se a estender o “evento educação universitária” para além de sua contiguidade – como, por exemplo, a unidade de São Sebastião do Caí (criada em 2005).

As mesmas forças que motivaram (e impulsionam) seu crescimento são, também, fatores de preocupação e de oportunidades, já que, por atenderem interesses dos agentes sociais, podem ter suas presenças descontinuadas, ou seja, a desterritorialização com a destruição de velhos territórios em rede e a (re) territorialização com a construção de novos territórios com um novo enfoque político e/ou simbólico do espaço. Com isso, conclui-se, lembrando Santos, que a situação geográfica atual expõe esta contradição dialética, impondo ao território um novo desafio.

Referências

- Bobbio, N., Matteucci N., Pasquino G.....; trad. Carmen C, Varriale (1999). Dicionário de política 12. ed. Brasília: Ed. da UnB.
- Correa, R. L. (1986). Região e organização espacial. São Paulo, Brasil: Ática.
- Doise W. (1993). Debating social representation. In: Breakwell, G. M.; Canter, D. V. (Org.) *Empirical approaches to social representations*. Oxford: Oxford University Press. p. 157-170.
- Eduardo, M. F. (2006). Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. *Campo-território: Revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago.
- Faccioni, V. (2012). Entrevista Vitor Faccioni. *Boletim ADUCS*. Edição nº7, maio.
- Farr, R.(1999). Representações sociais: a teoria e sua história. In: Jovchelovitch, S.; Guareschi, P. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, p. 31-59.
- Ferreira, M. A. F., Speroni, S. M. (2008). Instituições de Ensino Superior e Integração Regional: As Universidades Comunitárias do RS. In: *Seminário internacional sobre desenvolvimento regional, gestão territorial e desenvolvimento regional: a agenda política e de pesquisa*, 4.2008, Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Frantz, W. (2002). O processo de construção da universidade comunitária no espaço da reforma universitária. Ijuí: Ed. da Unijuí.
- _____. Silva, Ê. V. da. (2002). As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. da Unijuí.
- Guareschi, P. (2000). Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: Jovchelovitch, S.; Guareschi, P. (Org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, p. 191-225.
- Haesbaert, R. (2005). Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *Encontro de Geógrafos da América Latina*, 10.2005, São Paulo. São Paulo: Edusp.
- Haesbaert, R. (2010). Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares, – Letras e Humanidades*. UCS, nº 3 – jan./jun.
- Jodelet, D. (Ed.) (1989). *Les représentations sociales*. Paris: PUF.
- Lazzari, N.J. (2012). Entrevista com Ney José Lazzari. *Boletim ADUCS*. Edição nº7, maio.
- Lencioni, S.(1999). Região e geografia. São Paulo: Edusp.
- Mattia, A. A. (2013) Características do processo de expansão e integração de uma Universidade comunitária: o caso da UCS/RS. *Tese (Doutorado)*. Universidade de Santa Cruz do Sul.
- Moscovici, S. (1978). A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____.(2003). Representações sociais: investigação em psicologia social. Trad. de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes.

_____. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, v. 18, p. 211- 250.

Pauletti, R. (2012). Entrevista com Ruy Pauletti. *Boletim ADUCS*. Edição nº7, maio.

Raffestin, C.(1993). Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática.

Rizzon, L.A.(2012). Entrevista Luiz Antonio Rizzon. *Boletim ADUCS*. Edição nº7, maio.

Santos, M. (2012). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2002). Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes.

Santos, M. (1999). Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec.

Saquet, M. A. (2009). Por uma abordagem territorial. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular.

Saquet, M. A. (2010). Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular.

Souza, M. J. L. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: Castro, Gomes, Correa (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Speroni, S. M. (2010). Planejamento, gestão democrática e integração regional: sobre a estratégia acadêmica e compromisso político do modelo comunitário de instituições universitárias no RS. 2010. *Tese (Doutorado)* – Universidade de Santa Cruz do Sul.

Teixeira, A. (1989). *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Ucs. (1992) Assessoria de Planejamento. *A regionalização da Universidade de Caxias do Sul: conceitos e perspectivas*. Caxias do Sul.

Zorzi, D. B. (2007). Arquivo. *Chronos*, Caxias do Sul: Educs, v. 34, nº 1, p. 81-90, jan./jun.